

Eurípedes Simões de Paula e a gramática da História Estrutural na USP: *A*

recepção e a reelaboração da tradição braudeliana na Revista de História (1950–1964).

Resumo

Este artigo analisa a atuação de Eurípedes Simões de Paula como resenhista na *Revista de História* da Universidade de São Paulo entre 1950 e 1964, compreendendo as resenhas bibliográficas como práticas discursivas dotadas de densidade normativa no processo de institucionalização da historiografia universitária paulista. Parte-se da hipótese de que a recepção da chamada História estrutural, associada à tradição braudeliana, foi mediada por agentes e instâncias editoriais responsáveis pela estabilização de critérios de legitimidade disciplinar. A partir da articulação entre a noção de operação historiográfica, de Michel de Certeau, e a abordagem das virtudes epistêmicas, de Herman Paul, propõe-se uma chave interpretativa centrada na análise dos termos axiológicos mobilizados nas resenhas. Sustenta-se que tais termos operam como dispositivos normativos, prescrevendo disposições intelectuais e expectativas de ofício. A análise empírica demonstrativa, baseada em um corpus de quarenta e duas resenhas, evidencia a recorrência de apreciações que valorizam a pesquisa de longa duração, a centralidade do arquivo, a ordenação técnica da documentação e a capacidade de produzir sínteses e totalidades. Esses padrões permitem identificar a paciência analítica e a sensibilidade estrutural como virtudes epistêmicas centrais na gramática historiográfica estabilizada no período.

Palavras-chave: Historiografia Brasileira; Revista de História; Eurípedes Simões de Paula; História Estrutural; Virtudes Epistêmicas.

Abstract

This article examines the role of Eurípedes Simões de Paula as a reviewer in the *Revista de História* of the University of São Paulo between 1950 and 1964, approaching bibliographical reviews as normative discursive practices within the institutionalization of academic historiography in São Paulo. It argues that the reception of Structural History, associated with the Braudelian tradition, was mediated by editorial agents who contributed to the stabilization of disciplinary standards. Drawing on Michel de Certeau's concept of historiographical operation and Herman Paul's approach to epistemic virtues, the article proposes an interpretive framework centered on the analysis of axiological terms used in reviews. Based on a demonstrative analysis of forty-two reviews, it identifies recurring evaluations that value long-term research, archival work, technical organization of sources, and the construction of syntheses and totalities. These patterns reveal analytical patience and structural sensitivity as key epistemic virtues in the historiographical grammar consolidated during this period.

Keywords: Brazilian Historiography; Revista de História; Eurípedes Simões de Paula; Structural History; Epistemic Virtues.

Introdução

Este artigo se insere no campo dos estudos de historiografia brasileira e tenciona delimitar um modelo analítico para a leitura das resenhas bibliográficas produzidas no interior da historiografia universitária paulista, tomando como caso a atuação de Eurípedes Simões de Paula na Revista de História da Universidade de São Paulo entre 1950 e 1964, como produtor de resenhas. Parte-se do pressuposto de que a recepção da chamada “História estrutural”, associada à tradição braudeliana, não se deu de forma passiva ou homogênea, mas foi mediada por agentes específicos, cujas práticas editoriais, formativas e retóricas contribuíram decisivamente para a consolidação daquilo que Costa (2020, p. 362–366) denomina “Campo da História Acadêmica no Brasil”.

Interessa, assim, compreender como determinadas concepções de ofício historiador, valores disciplinares e disposições intelectuais foram progressivamente estabilizadas no interior desse campo, configurando uma gramática historiográfica marcada por práticas reiteradas e critérios de legitimidade compartilhados. Nesse sentido, o artigo não pretende realizar uma análise empírica exaustiva do conjunto das resenhas publicadas no período, mas propor uma chave de leitura capaz de interpretá-las como meios de normatização disciplinar, nos quais se enunciam expectativas quanto ao fazer historiográfico legítimo na universidade brasileira da segunda metade do século XX.

A delimitação temática e temporal se justifica pela necessidade de compreender, a partir da história da historiografia, os processos de recepção, reelaboração e sedimentação de modelos teórico-metodológicos estrangeiros no interior da universidade pública brasileira, em um momento decisivo de sua institucionalização como espaço central de produção do saber histórico. As décadas de 1950 e 1960 constituem um período particularmente significativo por corresponderem à consolidação da Revista de História como instância editorial de referência e à afirmação de novos critérios de cientificidade que passam a distinguir a historiografia universitária das tradições anteriores, marcadas pelo ensaísmo e pelo beletrismo (Dosse, 1993; Costa, 2020).

Trata-se, ainda, de um momento em que a chamada missão francesa¹ já se encontrava consolidada, tendo deixado marcas duradouras na formação intelectual, na organização institucional e nas práticas analíticas dos historiadores vinculados à Universidade de São Paulo. O recorte se encerra em 1964, em razão das transformações institucionais e dos cerceamentos editoriais impostos às humanidades universitárias a partir do regime civil-militar, que alteraram significativamente as condições de produção e circulação do conhecimento histórico.

Diante da relativa escassez de estudos voltados às operações historiográficas concretas que estruturaram esse processo, sobretudo no que se refere a tipologias consideradas periféricas, como resenhas bibliográficas e textos de homenagem, este artigo busca contribuir para o debate propondo um modelo de análise que articula cultura disciplinar, institucionalização do campo e virtudes epistêmicas. Parte-se da premissa de que tais textos, ao circularem no espaço editorial da revista, desempenharam papel ativo na definição de sensibilidades historiográficas e na prescrição de formas legítimas de exercício do ofício.

Nesse contexto, a Revista de História é compreendida como um lugar institucional central na consolidação da historiografia acadêmica paulista, funcionando como espaço de mediação entre tradições intelectuais estrangeiras e práticas historiográficas locais. É a partir dessa centralidade editorial que se destaca a atuação de Eurípedes Simões de Paula, um de seus principais articuladores. Formado sob a influência direta de professores vinculados à missão francesa, Simões de Paula desempenhou papel decisivo na continuidade institucional desse projeto, tanto por meio de sua atuação docente quanto por suas funções administrativas e editoriais (Capelato; Ferlini; Glezer, 1994; Freire, 2024).

O corpus mobilizado neste trabalho é constituído por resenhas bibliográficas e artigos de homenagem escritos por Simões de Paula, compreendidos não como objetos a serem reconstituídos exaustivamente, mas como operadores analíticos que permitem apreender valores disciplinares, critérios de avaliação historiográfica e disposições intelectuais prescritas no interior do campo. Para

¹ **Nota:** *A chamada missão francesa refere-se ao grupo de professores e intelectuais franceses convidados a atuar na docência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo a partir de 1934, no âmbito de acordos de cooperação universitária entre Brasil e França. No campo da História, destacam-se nomes como Fernand Braudel e Jean Gagé. Ao longo do tempo, essa experiência foi convertida, na memória disciplinar uspiana, em fundamento identitário da historiografia universitária brasileira (FREIRE, 2024, p. 283–286).*

tanto, o itinerário metodológico articula dois eixos complementares: a noção de Operação Historiográfica, de Michel de Certeau, que possibilita compreender a revista enquanto espaço de enunciação e normatização do ofício; e a abordagem das Virtudes Epistêmicas, desenvolvida por Herman Paul, mobilizada aqui como instrumento para identificar as qualidades intelectuais valorizadas na constituição da persona historiadora idealizada por Simões de Paula.

Parte-se da hipótese de que a atuação editorial de Eurípedes Simões de Paula pode ser compreendida como um laboratório de normatização disciplinar, no qual a tradição braudeliana foi não apenas recebida, mas reinterpretada e ajustada às condições institucionais da historiografia universitária paulista, dialogando com uma escrita da história estabelecida desde o século XIX. As resenhas, nesse sentido, são tomadas como textos estratégicos para observar a prescrição de virtudes epistêmicas e critérios de legitimidade historiográfica, permitindo delinear um modelo analítico aplicável à leitura dessas práticas discursivas.

Para desenvolver esse argumento, o artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira — Da historiografia oitocentista ao regime universitário: institutos, ensaísmo e profissionalização — reconstrói-se, em linhas gerais, o percurso da escrita da história no Brasil desde o IHGB até a consolidação do espaço universitário, assinalando deslocamentos nos critérios de cientificidade e nos modos de exercício do ofício. Na segunda — Missão francesa, *Annales* e a institucionalização da historiografia uspiana — analisa-se o processo de institucionalização paulista, com ênfase na importação de padrões acadêmicos pelas missões francesas e na centralidade progressiva da tradição braudeliana como horizonte de legitimação disciplinar. Na terceira — Chave interpretativa: operação historiográfica, termos axiológicos e virtudes epistêmicas — explicita-se o arcabouço teórico-metodológico mobilizado, articulando a noção de operação historiográfica à abordagem das virtudes epistêmicas, de modo a justificar a leitura das resenhas como práticas normativas. Por fim, na quarta — Análise empírica: resenhas, avaliação normativa e gramática braudeliana (1950–1964) — desenvolve-se uma análise demonstrativa do corpus, examinando casos representativos em que o léxico avaliativo evidencia a prescrição de disposições intelectuais, especialmente a paciência analítica e a sensibilidade estrutural, associadas ao vocabulário e aos critérios de excelência estabilizados no interior da historiografia uspiana.

1. Da historiografia oitocentista ao regime universitário: institutos, ensaísmo e profissionalização

Criado no período regencial brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) representa o primeiro esforço sistemático e institucional de construção de uma historiografia nacional. Em seus anos iniciais, o Instituto pode ser compreendido como expressão da articulação entre o projeto político imperial de construção da identidade nacional e um saber histórico que lhe servia de arcabouço legitimador (Diehl, 1998). No quadro historiográfico do período, a História era concebida segundo a noção clássica de *magistra vitae*, isto é, como mestra da vida, valorizada por sua função pedagógica e cívica, orientada pela exemplaridade moral e pela afirmação de valores patrióticos e conciliadores, em estreita vinculação com as elites políticas e com o Estado nacional em formação (Iglésias, 2000, p. 21–27).

A historiografia institucionalizada se construiu a partir de uma diligência documental inspirada no historicismo alemão de Leopold von Ranke. Conferia-se primazia à coleção e edição de documentos escritos, orientada pela busca da “reconstituição do passado tal como efetivamente foi”, sem a formulação explícita de problemas históricos, dado o caráter essencialmente legitimador dessa prática documental, voltada à sustentação de uma narrativa oficial. Prescindia-se, igualmente, de uma reflexão metodológica minimamente sistematizada, em razão da naturalização dos postulados rankeanos nos próprios procedimentos de pesquisa (Iglésias, 2000).

No entanto, a despeito de todas as orientações ideológicas identificadas em retrospecto, de todos os Institutos já criados, o IHGB, por sua incumbência de retratar oficialmente a História do Brasil, foi o que mais teve êxito e sempre esteve em sintonia com o que havia de mais moderno e avançado na historiografia mundial. José Honório Rodrigues, citado por Francisco Iglésias (2000), observa que “a pesquisa histórica no Brasil nasceu da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, servindo como um marco institucional decisivo na superação da descontinuidade que entonava os trabalhos históricos pregressos.

À dispersão que caracterizava a escrita da história brasileira, marcada pela ausência de continuidade na investigação e fragilidade dos mecanismos de preservação e remissibilidade

documental, seguiu-se um esforço de centralização, edição documental e cumulatividade a partir de publicações, congressos e comunicações regulares promovidos pelos membros do Instituto (Rodrigues, 1978). Tal atitude, hiato na atividade intelectual habitual, diletante e baseada na excepcionalidade da genialidade de alguns autores, contribuiu para conferir maior estabilidade à produção historiográfica e sedimentar um fértil terreno onde se estabeleceria, posteriormente, as bases da historiografia brasileira, sobre a qual se consolidará a pesquisa universitária da década de 1930.

Ademais, faz-se necessário precisar melhor a dimensão das atuações dos Institutos no período que se estende de sua criação à consolidação das universidades. Via de regra, na literatura produzida sobre o assunto, dominam abordagens generalizantes e tomadas de conjunto que, por paralaxe, expandem a imagem habitualmente consagrada do IHGB para outros Institutos Históricos. Tal operação analítica é esboçada menos por meio de estudos empíricos comprobatórios do que por uma dedução lógica segundo a qual esses Institutos partilhariam os mesmos postulados e convergiriam às mesmas conclusões, sem levar em conta as condições específicas pelas quais cada um deles se configurou.

É conhecida pela historiografia a grande influência que a produção dos institutos causou na historiografia do século XIX; sabe-se, também, que, no início do século XX, houve um período ensaístico, de produção fragmentária, pouco dado às grandes sínteses explicativas da história brasileira (Mendes, 2012). Tal etapa se constitui como um momento de transição entre a produção anteriormente referida e a fase de produção universitária. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre são nomes exponenciais desse movimento, e sua exposição merece uma diligente atenção. No entanto, por fugir do escopo do trabalho, abordar-se-ão apenas os aspectos fundamentais para que se exponha sob que circunstâncias emergiu a produção universitária.

Nas primeiras décadas do século XX, houve um período de transição entre a historiografia institucional oitocentista e a posterior consolidação da escrita universitária: o período ensaístico (Mendes, 2012). Tais produções se distanciaram do telos nacionalista de formação nacional a que objetivava a escrita oitocentista; o tom exaustivo da narrativa cronológica IHGB também foi substituído por um mais fragmentário e especializado, em contraste com as sínteses produzidas por

autores daquela linhagem, como Francisco A. Varnhagen. Influenciados pelo modernismo e por debates sobre a identidade nacional, autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda elaboraram ensaios interpretativos que, embora inscritos na tradição sociológica, refletiram criticamente sobre o passado colonial e suas permanências.

Os efeitos dessa influência na produção universitária certamente merecem um exame mais detido do que aquele que lhes será dedicado na presente análise; contudo, para os fins aqui propostos, é pertinente assinalar que a atuação de Sérgio Buarque de Holanda, atravessada pela agenda iconoclasta do modernismo, inaugurado na Semana de Arte Moderna de 1922, e pela herança metodológica de Capistrano de Abreu, que insere a História no quadro mais amplo das ciências sociais, representa um movimento mais amplo de profissionalização do ofício historiográfico, caracterizado pela autocrítica e pela revisão dos postulados consolidados, além da incorporação de aportes teóricos oriundos de outras áreas do saber para a análise de documentos inéditos ou a reinterpretação de fontes já conhecidas (Nicodemo *et al*, 2018).

Essa articulação entre a renovação documental e a apropriação de teorias provenientes de outras áreas do conhecimento contribuiu decisivamente para a consolidação de um novo regime historiográfico, ou seja, um novo conjunto articulado de práticas de pesquisa, critérios de validação do conhecimento, valores disciplinares e dispositivos institucionais que passaram a regular a produção do saber histórico no Brasil. Tal regime se caracterizou pela profissionalização do pesquisador, pela especialização disciplinar, pela valorização da interdisciplinaridade, pela sistematização bibliográfica e pelo fortalecimento de instituições voltadas ao fomento da produção histórica. Esse processo encontrou um marco institucional decisivo na Reforma do Ensino empreendida por Francisco Campos, a partir de 1931, que, ao reorganizar o ensino superior e criar condições para a formação universitária especializada, abriu caminho para a consolidação da historiografia acadêmica. É nesse contexto que a universidade passa a se afirmar como espaço privilegiado de produção e circulação do saber histórico (Iglésias, 2000).

Com a institucionalização da universidade, a historiografia passa a se distinguir do beletismo oitocentista, distanciando-se de seu culto ao passado patriótico e genealógico, deixando de ser uma atividade diletante, para se afirmar como ofício profissional (Iglésias, 2000). Em razão

dessa especialização, a produção de grandes sínteses interpretativas perde força, e o conhecimento histórico começa paulatinamente a se estruturar em torno de problemas delimitados, métodos consagrados pelo campo de investigação e recortes empíricos mais restritos, tornando-se menos comprometido com projeções políticas imediatas e mais orientado pelos critérios de validação científica e debate disciplinar (Nicodemo *et al*, 2018).

Aryana Costa (2024) observa que a primeira geração de professores formada no interior da universidade se encontrava situada num momento de transição entre dois regimes intelectuais distintos: um de matriz nacional e outro de forte inspiração estrangeira. Nesse contexto, a autora identifica uma clivagem no interior desse grupo inicial de historiadores. De um lado, figuram aqueles marcadamente influenciados pela produção historiográfica francesa, notadamente por autores como Fernand Braudel e Jean Gagé, que assumiram a Cadeira de História da Civilização e passaram a desempenhar um papel inovador em relação à historiografia precedente. De outro, situam-se os chamados “professores nativos”, vinculados às Cadeiras de História da Civilização Brasileira, Língua Etnografia Brasileira e Tupi-Guarani, cujas abordagens se mostravam mais próximas de tradições consolidadas.

Entre os primeiros, Costa destaca nomes como Eduardo d’Oliveira França e o de Eurípedes Simões de Paula, associados à chamada Escola Uspiana de História, em contraste com posições mais conservadoras e tradicionalistas, representadas por Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior e Plínio Ayrosa. Tal configuração evidencia o papel decisivo desempenhado pela presença intelectual francesa na redefinição dos critérios validadores da pesquisa histórica no país, abrindo espaço para uma análise mais detida sobre as contribuições da chamada “missão francesa” e seus efeitos na institucionalização da historiografia universitária brasileira.

2. Missão francesa, Annales e a institucionalização da historiografia uspiana

Analisando a escrita da história contemporânea em sua longa duração, num período que se estende de 1849 até os dias atuais, Carlos A. Aguirre Rojas (2007) observa que os anos de 1929 a 1968 foram marcados pela predominância hegemônica francesa, representada pelas atividades da escola dos Annales. Contrapondo-se à história rankiana, os franceses estenderam sua análise para além da história militar, biográfica, política e diplomática, como era característica do regime

anterior, almejando a interpretação do conjunto do tecido social, das estruturas, das civilizações e das classes sociais de uma sociedade. À ambição, seguiu-se também a diversificação das definições acerca das fontes, abrangendo-as em razão das dimensões da ação humana a que davam acesso às novas técnicas utilizadas para a investigação (Rojas, 2007).

A criação da Universidade de São Paulo se dá contiguamente à contratação de intelectuais franceses para a inauguração das atividades docentes, inserindo-se em um movimento mais amplo de busca por legitimação científica no plano internacional. No plano interno, tal iniciativa se articulava ao processo de centralização, racionalização e modernização do Estado brasileiro, levado a cabo no contexto da Reforma Francisco Campos (1931). As missões francesas, entendidas como um dispositivo institucional de importação de capitais científicos e pedagógicos, também se vinculam a uma política cultural e científica deliberadamente conduzida pelo Estado francês, orientada à projeção internacional de seu prestígio intelectual, à consolidação de redes transnacionais de circulação do saber e à afirmação de sua tradição acadêmica junto às elites universitárias brasileiras. (Suppo, 2000).

Em 1934, o recém-fundado Curso de Geografia e História contou com a docência de professores estrangeiros vinculados às missões universitárias, definindo o perfil acadêmico das primeiras turmas da chamada “Escola Uspiana de História”, conforme sistematizado retrospectivamente por Capelato, Glezer e Ferlini (1994). Esses novos padrões de produção científica se expressavam na valorização do rigor metodológico, da especialização temática, da problematização e do diálogo com as ciências sociais, em contraste com práticas historiográficas marcadas pelo ensaísmo e pelo beletismo, de origem oitocentista, ainda predominantes em outros lugares de produção histórica. A consolidação desse perfil acadêmico, contudo, não se deu de maneira homogênea nem imediata, mas por meio de um processo gradual de institucionalização, no qual a docência, a orientação de pesquisas e a criação de instâncias editoriais desempenharam papel central na redefinição dos critérios de legitimidade do saber histórico universitário (Costa, 2020).

É nesse processo de institucionalização da historiografia universitária paulista, fortemente influenciado pela influência francesa, que a figura de Fernand Braudel ganha centralidade progressiva, não apenas como referência teórica, mas como difusor de uma prática historiográfica

que contribuiu para fundamentar o ethos do historiador profissional a partir de sua atuação docente na formação das primeiras turmas do Curso - compostas por intelectuais como Alice P. Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Eurípedes Simões de Paula, Odilon Nogueira de Matos, Caio Prado Junior.

Sua presença passou, posteriormente, a integrar as narrativas de memória disciplinar sobre a fundação e a consolidação do ensino universitário de História na USP, elaboradas a partir da evocação dos mestres franceses, como Jean Gagé, Émile Léonard e Émile Coornaert, e mobilizadas por alunos que vieram a ocupar posições institucionais estratégicas, entre os quais se destaca Eurípedes Simões de Paula (Freire, 2024). Essa memória disciplinar atuava como um elemento agenciador, orientando falas, práticas de escrita, escolhas de objetos de estudo e formas de subjetivação historiográfica, ainda que, conforme demonstra Diego José Fernandes Freire, tal processo não tenha se dado de maneira consensual ou hegemônica.

Eurípedes Simões de Paula (1910–1977) integrou a primeira turma do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, sendo formado no interior do projeto universitário inaugurado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e profundamente marcado pela atuação da chamada missão francesa. Sua formação intelectual ocorreu sob a orientação direta de professores como Fernand Braudel e Jean Gagé, este último responsável por sua orientação doutoral. Em 1942, Simões de Paula defendeu *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev*, a primeira tese de doutorado em História apresentada no Brasil, momento decisivo para a consolidação da pesquisa histórica universitária no país (Neves, 2023, p. 2–4).

Seu percurso acadêmico desenvolveu-se de maneira contígua à sua progressiva ascensão institucional no interior da FFCL, onde atuou inicialmente como assistente, tornou-se professor catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval e exerceu, ao longo das décadas de 1940 e 1950, funções centrais na administração universitária, incluindo sucessivos mandatos como diretor da Faculdade (Neves, 2023, p. 3; Capelato; Glezer; Ferlini, 1994). O exercício dessas funções administrativas articulou-se estreitamente a um projeto de formação historiográfica voltado à consolidação de critérios de legitimidade disciplinar do ofício do historiador, aprendidos no contato

com seus mestres franceses e reiterados por meio de sua atuação editorial, docente e institucional (Freire, 2024; Theodoro, 2009)

Revela-se, portanto, a centralidade da atuação de Eurípedes Simões de Paula como professor, orientador e, sobretudo, editor fundador da Revista de História no processo de mediação e normatização da tradição historiográfica francesa, na medida em que o periódico funcionou como espaço privilegiado de circulação de debates internacionais e de prescrição de práticas historiográficas consideradas legítimas no interior do campo acadêmico (Costa, 2020). Sua filiação à tradição dos Annales é apresentada, no discurso institucional e na memória disciplinar, como um dado constitutivo de sua trajetória intelectual, e suas ações institucionais demonstram um zelo contínuo por esse vínculo, materializado na publicação e republicação de textos de seus mestres franceses, bem como na rememoração recorrente de suas passagens pelo Brasil.

É a partir desse projeto editorial que as resenhas bibliográficas, publicadas por Simões de Paula na Revista de História, adquirem relevância na análise pretendida por este trabalho. Naturalmente textos reflexivos, a análise das resenhas enuncia a possibilidade de entrever o lugar institucional de onde o historiador fala, bem como os critérios de avaliação, os valores disciplinares e as disposições intelectuais que orientavam a definição de uma prática historiográfica legítima no interior do campo acadêmico constituído. Tais escritos operaram como instâncias de análise privilegiadas, onde se expunham os pressupostos epistemológicos quanto ao saber histórico, as prescrições normativas nas quais se esclareciam as expectativas quanto ao ofício do historiador e as virtudes epistêmicas consideradas desejáveis no processo de formação e consolidação da historiografia universitária paulista.

Nesse sentido, a fundamentação da pretendida análise das resenhas bibliográficas, publicadas por Eurípedes, parte da explicitação do arcabouço teórico e metodológico a partir do qual tais avaliações podem ter sido formuladas. As prescrições, elogios e juízos de valor mobilizados pelo historiador uspiano não emergem arbitrariamente, mas se fundamentam em referenciais historiográficos específicos, aprendidos, apropriados e reiterados ao longo de sua formação e atuação institucional. Dentre esses referenciais, a obra de Fernand Braudel ocupa posição central não só em razão da sua influência direta na formação de Simões de Paula, mas também porque forneceu um

conjunto de orientações epistemológicas que se instituíram como critérios normativos para a definição das práticas historiográficas da universidade paulista. Portanto, é a partir da exposição dessas orientações braudelianas e da identificação de possíveis virtudes epistêmicas que, pela introjeção no trabalho euripediano, constituíram os pressupostos avaliativos subjacentes às resenhas.

Em "História e Ciências Sociais: A longa duração" (1958), Fernand Braudel expõe algumas de suas principais formulações teóricas sobre a especificidade do conhecimento histórico e do lugar que ocupa nas ciências humanas. Contra o que chama de "humanismo retrógrado e insidioso", isto é, uma forma de pensamento centrada no primado do indivíduo, na consciência e no acontecimento imediato como prismas centrais de suas investigações, Braudel propõe a análise atenta às estruturas sociais e às diferentes durações, "entre instante e o tempo lento", que condicionam e estruturam a dinâmica humana. Tal recursão implica, ao historiador, uma distância quanto às narrativas preocupadas com "*o tempo breve [...] da vida quotidiana, das nossas ilusões, [...] o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista.*", a despeito de todo apelo atrativo que a imediatez exerce sob sua curiosidade.

É a partir dessas orientações que se pode depreender a valorização de uma virtude marcada pela paciência e comedimento analíticos, necessários para "*[decompor] o tempo passado, [escolher] as suas realidades cronológicas e [articulá-las] segundo planos que não são jamais neutros*". Associada à outra virtude que se verifica por entre os ensinamentos de Braudel — a sensibilidade estrutural ou pretensão à totalidade —, essa paciência analítica pressupõe um trabalho prolongado de coleta, ordenação e comparação documental, orientado não pela excepcionalidade do acontecimento, mas pela identificação de regularidades, permanências e ritmos profundos.

Tais identificações tornam necessário que o historiador detenha conhecimento de técnicas e procedimentos de serialização capazes de lidar com uma documentação extensa e heterogênea, bem como de critérios de hierarquização e arranjo das evidências segundo diferentes escalas temporais, aptas a dar conta da curta, média e longa durações. Diferentemente das extensas sínteses produzidas pela historiografia oitocentista, esse procedimento não se orienta pela acumulação indiscriminada de materiais, mas por uma problematização previamente formulada, a partir da qual a montagem

documental se constitui como meio para tornar inteligíveis as estruturas que condicionam a ação humana.

A exigência dessa ordenação hierarquizada, bem como a atenção às diferentes durações, pressupõem um procedimento historiográfico capaz de situar eventos e ações individuais em um conjunto mais amplo de relações estruturadas, no interior do qual tais fenômenos adquirem inteligibilidade histórica. A isso associa-se a valorização de uma sensibilidade estrutural, entendida como uma virtude epistêmica cujo exercício orienta a percepção do historiador para a apreensão do social como uma configuração relacional composta por diferentes níveis de temporalidade, instâncias sociais e condicionantes materiais que se articulam entre si, diferentemente, portanto, da orientação ensaística característica de parte significativa da produção historiográfica anterior à consolidação da historiografia universitária.

3. Chave interpretativa: operação historiográfica, termos axiológicos e virtudes epistêmicas

A chave interpretativa proposta para a leitura das resenhas bibliográficas parte da constatação do lugar institucional ocupado por Eurípedes, conforme descrito nas seções anteriores. Parte-se, paralelamente, do pressuposto de que tais textos possuem lugar central nas operações discursivas de normatização do ofício, assumindo frequentemente um caráter regulador da institucionalização disciplinar. As resenhas, portanto, de acordo com a atual hipótese, enunciam uma gramática historiográfica vinculada à tradição da História Estrutural associada à obra de Fernand Braudel, manifesta não apenas de maneira explícita, a partir do uso de termos que demonstram a observação de Eurípedes ao léxico analítico do historiador francês, mas de modo mais sutil, a partir da escolha dos livros resenhados e dos juízos avaliativos, elogios e advertências presentes no discurso resenhístico.

A identificação das chamadas "virtudes epistêmicas", exigidas de um erudito que se pretenda à pesquisa, permite lastrear aquilo que se considerou como marcas distintivas da "credibilidade da disciplina histórica" ao decorrer da história (Paul, 2019), ou seja, facilita a investigação sobre as disposições ou traços de caráter necessários para alcançar objetivos epistêmicos como "conhecimento" e/ou "compreensão da realidade histórica". Como observa Herman Paul (2019), a utilização de um adjetivo denota uma dimensão cognitiva, conceitual e normativa da linguagem impregnada de relações de poder, juízos valorativos e hierarquias legitimadoras do que é "boa história". Para apreender o aspecto normativo, o presente trabalho toma como operadores analíticos centrais os termos axiológicos, isto é, expressões linguísticas portadoras de juízos de valor, para desvelar as relações discursivas que subjazem à superfície do texto (Ohara, 2016). Tal empreendimento tem por objetivo lastrear o nível de assimilação dos conceitos braudelianos no pensamento historiográfico de Eurípedes e como eles prescreviam a normatividade disciplinar.

A partir dessa chave interpretativa, a análise das resenhas de Eurípedes será orientada pela identificação de padrões recorrentes no uso dos termos axiológicos e pela interpretação das virtudes epistemológicas a eles associadas. A virtude da sensibilidade estrutural será identificada tanto pela escolha de obras que articulem diferentes dimensões da vida social, em detrimento das que primam pela análise de indivíduos ou eventos. Nesses aspectos, os termos axiológicos empregados por Eurípedes tendem a destacar a capacidade dos autores de situar seus objetos em contextos maiores de relações e condicionantes, sugerindo uma expectativa quanto à apreensão das estruturas que moldam e limitam a ação histórica. A virtude estrutural se manifesta na atitude analítica que privilegia permanências, regularidades e estruturas de longa duração, almejando a reconstrução das totalidades. A paciência analítica será aferida por adjetivos que caracterizem trabalhos realizados a partir de longos períodos de pesquisa, de levantamento documental exaustivo; termos que destacam a duração do esforço investigativo, a extensão da base empírica - disposições, enfim, cujo exercício permitem o distanciamento do investigador em relação a abordagens excessivamente presas ao tempo imediato do acontecimento.

A seção seguinte será destinada à análise empírica de resenhas selecionadas do corpus, examinando casos específicos nos quais os termos axiológicos mobilizados permitem a apreensão das virtudes epistêmicas que orientam a definição de uma prática historiográfica considerada legítima

no interior da historiografia uspiana, em consonância com os critérios de cientificidade e profissionalização consolidados no período. O corpus desta pesquisa é composto por quarenta e duas resenhas publicadas por Eurípedes Simões de Paula na Revista de História entre 1950 e 1964, mobilizadas como horizonte empírico para a identificação de regularidades discursivas gerais, a partir das quais se procede à análise aprofundada de casos representativos. Insinua-se, com tal análise, um campo fértil para investigações posteriores voltadas a análises mais extensivas e pormenorizadas.

4. Análise empírica das resenhas: termos axiológicos e virtudes epistêmicas

4.1. Corpus, recorte analítico e procedimento de leitura

Composto por quarenta e duas resenhas publicadas por Eurípedes Simões de Paula na Revista História, entre 1950 e 1964, o corpus foi reunido e convertido em texto por OCR, de maneira a permitir uma leitura transversal orientada à identificação de regularidades léxicas, padrões de uso de palavras no gênero escolhido; isto é, padrões recorrentes no emprego de termos axiológicos e das expectativas de ofício a que esses termos se articulam. Tal opção não tem por pretensão oferecer uma chave exaustiva de cada resenha, mas demonstrar empiricamente como a chave interpretativa proposta opera na leitura do material.

O procedimento se caracterizou pela: (a) leitura exploratória do conjunto para localizar marcadores axiológicos recorrentes (por exemplo: “excelente”, “bem documentada”, “trabalho de longos anos”, “exhaustivamente”, “sínteses precisas”, “panorama de história total”, “modelo”, “recomendamos vivamente”); (b) seleção de casos exemplares em que a densidade desses marcadores permite identificar as virtudes epistêmicas associadas; e (c) interpretação desses casos à luz do pressuposto de que adjetivos e qualificação constituem uma dimensão normativa e prescritiva, pois indicam padrões de excelência e credibilidade do ofício.

Com base nesse procedimento, analisa-se, a seguir, um conjunto de resenhas que funciona como amostra demonstrativa do corpus: (1) a resenha sobre a publicação de inventários e registros arquivísticos franceses; (2) a resenha do estudo de Alfredo Tenenti sobre seguros marítimos e

documentação notarial veneziana; (3) a resenha do trabalho de Philippe Wolff sobre “estimes” tolosanas; (4) a resenha da tese de Maurice Bordes; (5) a resenha do volume de Lucien Febvre; e (6) a resenha de uma biografia de D. Pedro I apresentada como “romanceada”. Em conjunto, esses casos tornam visível a articulação entre paciência analítica e sensibilidade estrutural como critérios de apreciação.

4.2. Paciência analítica: o elogio do trabalho longo, documentado e ordenado

A primeira e mais nítida recorrência presente no corpus é a valorização de um modo de trabalho caracterizado pela: (i) duração do esforço investigativo, (ii) centralidade dos arquivos, (iii) tratamento sistemático da documentação, e (iv) dispositivos de ordenação e acessibilidade (índices, glossários, classificações, séries). É precisamente esse conjunto de apreciações que, pela chave interpretativa proposta, pode ser lido como índice da virtude da paciência analítica.

Isso se expressa, por exemplo, na resenha dedicada à publicação de registros e inventários ligados aos Arquivos Nacionais franceses. Nela, Eurípedes não se debruça sobre a tese interpretativa de um autor, mas sobre a função historiográfica da própria infraestrutura arquivística, que tem seu valor reconhecido por colocar “à disposição dos estudiosos” documentos inéditos. A prática é valorizada pelo critério da utilidade pública de permitir o avanço do conhecimento histórico em razão da disponibilização de uma grande monta de documentos.

Essa mesma virtude também aparece, com maior nitidez, na resenha do trabalho de Alfredo Tenenti sobre naufrágios e seguros marítimos em Veneza. Eurípedes elogia o trabalho como assentado numa “imensa messe de documentos”, destacando, em virtude da grande massa documental, ser “impossível enumerar todos os navios”, justificando a opção do autor de tomar “o navio” como centro de sua pesquisa. A passagem é importante porque os termos axiológicos e (“impossível”, “teve a ideia”, “extrair dados”, “classificados”, “permite uma análise”) explicitam aquilo que, na gramática braudeliana, costuma ser decisivo: o pesquisador virtuoso não é aquele que “encontra o evento”, mas o que sustenta um trabalho prolongado de extração, ordenação e comparação, capaz de fazer o arquivo falar em escala.

Ainda no mesmo caso, Eurípedes enfatiza o caráter seriado do procedimento (mil navios, destinos conhecidos, rotas e causas de sinistro) e conclui: o livro é “muito bem organizado”, com exame cronológico e colunas classificatórias, índices múltiplos, e “pode servir de modelo a quem trabalhe em arquivos”. Aqui, o caráter prescritivo da virtude é explícito: não se trata apenas de dizer que o livro é bom, mas de dizer para quem ele deve servir (o trabalhador de arquivos) e como ele deve ser imitado (organização, índices, sistematização). A paciência analítica, portanto, aparece como um ideal de trabalho associado à pesquisa longa, ao domínio técnico e à capacidade de produzir inteligibilidade por meio da ordenação.

A resenha do estudo de Philippe Wolff endossa o padrão, quando elogia a publicação integral dos documentos e suas ferramentas de consulta, caracterizando o trabalho como “modelo de apresentação de documentos”, com “excelente índice” e “glossário”, além do esforço de análise “um por um” e extração do essencial para “um estudo de conjunto”. A passagem concentra um itinerário metodológico evidente: (a) tornar a fonte acessível (publicação íntegra); (b) garantir controle e navegabilidade (índice, glossário); (c) operar uma leitura paciente e minuciosa (analisar um por um); e (d) alcançar síntese conclusiva, mas uma síntese sustentada pelas premissas perscrutadas pelo trabalho.

É, também, o que se percebe quando Eurípedes resenha a tese de Maurice Bordes: a avaliação se apoia menos no tema e mais na densidade do trabalho: “excelente e bem documentada tese”, “sólidas teses francesas”, “trabalho de longos anos e árduas pesquisas”, e — novamente — “modelo a ser seguido”. Esse tipo de elogio não é neutro: opera como um *modus operandi* implícito do ofício, reconhecendo as limitações locais (“pobreza documental”) e a necessidade de perseguir a postura analítica a seu despeito.

Em suma, o conjunto desses casos mostra que a paciência analítica, na prática resenhística de Eurípedes, se manifesta como um elogio repetido da (i) longa duração do trabalho, (ii) base empírica extensa, serialização, ordenação técnica (iii) compromisso com a materialidade documental. Essa ênfase converge com o horizonte braudeliano já exposto na Seção 2: distanciamento da sedução do imediato e construção de inteligibilidade histórica por meio de ritmos e regularidades sustentados por investigação prolongada.

4.3. Sensibilidade estrutural: síntese, totalidade e hierarquização do relevante

A segunda virtude, sensibilidade estrutural, aparece no corpus quando a análise euripediana se volta a obras capazes de articular aquilo que Braudel chama de dialética da duração (1958) com a interpretação das múltiplas camadas do social (economia, política, sociedade), produzindo sínteses que excedem o relato episódico. Os termos axiológicos tendem a valorizar a capacidade do autor de apreender relações, compor totalidades e problematizar os dados da explicação.

A resenha do volume de Lucien Febvre é exemplar e explícita: a obra, descrita como reunião de textos distribuídos em quatro “temas maiores” (“Geo-história, Economias, Sociedades, Civilização”) e como “ilustração do programa” dos *Annales*, é composta por apreciações críticas e resenhas importantes que “constituem sínteses precisas e um convite à pesquisa”; o volume é, por fim, “um verdadeiro panorama de história total”. Os termos axiológicos aqui (“excelente”, “sínteses precisas”, “panorama”, “história total”, “admiravelmente atual”) definem um ideal: a “boa história” é capaz de compor totalidade e, ao mesmo tempo, de abrir linhas de investigação, articulando campos e escalas, o que corresponde diretamente ao que se chamou de sensibilidade estrutural.

No caso de Tenenti, a sensibilidade estrutural aparece também nas conclusões a que chega: não basta dizer que Veneza declina por um fator isolado. A queda é atribuída ao conjunto “organização política militar”, “estrutura social” e “técnica”, além de pragas externas como guerra de corso e concorrência. Ao apresentar a conclusão e apresentá-la como coroamento do estudo, evidencia-se uma expectativa: interpretações convincentes são as que articulam condicionantes externos e internos, combinando economia, poder e sociedade. Em outras palavras, o que ele valoriza é a capacidade de produzir uma explicação que se aproxima do “tecido social” em múltiplas camadas.

4.4. Síntese dos achados: a gramática disciplinar nas fórmulas avaliativas

Os casos analisados permitem demonstrar, ainda que em pretensões demonstrativas, que a escrita resenhística de Eurípedes participa, sim, da estabilização de uma metodologia alinhada à tradição braudeliana por meio de um mecanismo recorrente: a avaliação axiológica. Os adjetivos, fórmulas de recomendação, aparecem como injunções, operando critérios disciplinares e, portanto,

formas de prescrição do ofício no campo historiográfico. Nessa gramática, a paciência analítica é associada à virtude do arquivo: pesquisa longa, documentação extensa, leitura minuciosa e sistematização (índices, glossários, séries). A sensibilidade estrutural, por sua vez, é associada à capacidade de construir totalidades e sínteses (economias/sociedades/civilização; “panorama de história total”), valorizando explicações que hierarquizam durações e articulam múltiplas instâncias causais.

Dessa forma, a análise empírica confirma o alcance da chave interpretativa proposta na Seção 3: as resenhas podem ser lidas como um lugar privilegiado de enunciação dos valores e critérios de legitimidade que atravessam a institucionalização da historiografia uspiana no período, permitindo apreender, de modo concreto, como a tradição braudeliana é recebida e reelaborada não apenas em referências explícitas, mas nos próprios padrões de avaliação reiterados pelo editor e resenhista.

5. Conclusões finais

Este artigo buscou delimitar um modelo analítico para a leitura das resenhas bibliográficas publicadas por Eurípedes Simões de Paula na *Revista de História* entre 1950 e 1964, tomando-as como práticas discursivas dotadas de densidade normativa no processo de institucionalização da historiografia universitária paulista. Partiu-se do pressuposto de que a recepção da chamada História estrutural, associada à tradição braudeliana, não se realizou de modo passivo ou homogêneo, mas foi mediada por agentes específicos e por instâncias editoriais que atuaram como lugares de enunciação e estabilização de critérios de legitimidade disciplinar. Nessa direção, a proposta não consistiu em esgotar empiricamente o conjunto do corpus, mas em demonstrar a operatividade de uma chave interpretativa capaz de apreender, nas fórmulas avaliativas do gênero resenhístico, valores, disposições intelectuais e expectativas de ofício.

Na Seção 1, reconstruiu-se, em linhas gerais, o percurso da historiografia brasileira desde os institutos históricos oitocentistas até a consolidação da escrita universitária, assinalando o papel do ensaísmo como momento de transição entre regimes historiográficos distintos. Ao situar o IHGB e

a diligência documental que lhe era característica, bem como as reconfigurações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, buscou-se explicitar as condições históricas de emergência de um novo regime de produção do saber histórico, mais marcado pela especialização, pela problematização e pela institucionalização universitária. Na Seção 2, o foco recaiu sobre a institucionalização da historiografia universitária paulista e sobre a centralidade da missão francesa na redefinição de padrões de cientificidade, com ênfase na circulação e na sedimentação da tradição dos *Annales* e, em particular, na importância atribuída retrospectivamente a Fernand Braudel. Nesse quadro, destacou-se o lugar institucional ocupado por Eurípedes Simões de Paula — como professor, administrador e editor fundador — e o modo pelo qual sua atuação se articulou a um projeto de formação historiográfica e de normatização do ofício.

A Seção 3 explicitou o arcabouço teórico-metodológico que sustenta a chave interpretativa proposta. A articulação entre a noção de Operação Historiográfica, de Michel de Certeau, e a abordagem das Virtudes Epistêmicas, desenvolvida por Herman Paul, permitiu compreender as resenhas como textos que não apenas avaliam obras, mas prescrevem padrões de excelência e credibilidade do trabalho histórico. Nesse sentido, a mobilização dos termos axiológicos — isto é, expressões portadoras de juízos de valor — mostrou-se fundamental para apreender a dimensão normativa das resenhas, na medida em que tais termos operam como marcadores de hierarquias legitimadoras do que é considerado “boa história” no interior do campo. A partir desse operador analítico, propôs-se a leitura das resenhas como lugar em que se manifestam, de modo recorrente, virtudes epistêmicas alinhadas ao horizonte braudeliano, sobretudo a paciência analítica e a sensibilidade estrutural.

A análise empírica demonstrativa, desenvolvida na Seção 4, conferiu lastro ao alcance dessa chave interpretativa. Embora o corpus reúna quarenta e duas resenhas publicadas no período, ele foi mobilizado como horizonte empírico para a identificação de regularidades discursivas gerais, a partir das quais se selecionaram casos representativos. Os padrões observados indicam a recorrência de apreciações axiológicas que valorizam pesquisas caracterizadas por longa duração de trabalho, centralidade do arquivo, exaustividade documental, ordenação técnica e dispositivos de controle (índices, glossários, classificações e séries). Tais recorrências permitem ler, no registro avaliativo, a prescrição de uma postura investigativa marcada pela paciência analítica, entendida como virtude

necessária ao distanciamento em relação ao tempo breve do acontecimento e à construção de inteligibilidade por meio de investigação prolongada, serialização e comparação.

Paralelamente, verificou-se a presença de termos e fórmulas que valorizam a capacidade de compor sínteses e totalidades, articular instâncias heterogêneas do social e hierarquizar o relevante segundo diferentes escalas temporais e analíticas. Nesses casos, os elogios e recomendações recaem sobre obras capazes de ultrapassar narrativas episódicas e produzir interpretações que aproximam economia, política, estruturas sociais e civilização, configurando um ideal de escrita histórica coerente com a sensibilidade estrutural. Assim, a recorrência de expressões como “síntese”, “panorama”, “história total”, bem como a ênfase em explicações que articulam múltiplos condicionantes, sinaliza que a resenha opera como espaço de estabilização de um vocabulário normativo que remete à gramática da História estrutural.

Em termos gerais, os resultados permitem sustentar que as resenhas bibliográficas de Eurípedes Simões de Paula funcionaram como instâncias de normatização disciplinar no interior da historiografia uspiana do período, oferecendo um repertório de apreciações que prescrevem disposições intelectuais, valores de cientificidade e critérios de legitimidade historiográfica. A recepção da tradição braudeliana, nessa chave, torna-se apreensível menos por declarações programáticas explícitas e mais pelos padrões avaliativos reiterados, pelos objetos privilegiados e pelos modos de qualificação dos trabalhos resenhados. Trata-se, portanto, de um material privilegiado para observar a reelaboração local de um horizonte historiográfico estrangeiro em condições institucionais específicas, em meio ao processo de consolidação da universidade como lugar central de produção do saber histórico no Brasil.

Por fim, o caráter demonstrativo da análise aqui proposta aponta para desdobramentos possíveis. Investigações posteriores podem ampliar a análise para a totalidade do corpus em chave mais extensiva, comparar o léxico axiológico de Eurípedes com o de outros resenhistas da *Revista de História* ou de periódicos congêneres, e articular resenhas, textos de homenagem e artigos editoriais como parte de um mesmo circuito de prescrição do ofício. Também se apresenta como agenda fértil a aplicação sistemática da abordagem das virtudes epistêmicas a outros momentos e tradições da

historiografia brasileira, de modo a mapear continuidades e inflexões na constituição histórica dos critérios de credibilidade e cientificidade que passaram a regular a prática disciplinar.

6. Referências Bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41–78.

CAPELATO, Maria Helena; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A Escola Uspiana de História. *Revista de História*, São Paulo, n. 130, p. 7–36, 1994.

COSTA, Aryana. A institucionalização da história acadêmica no Brasil: historiadores, universidades e revistas especializadas (1930–1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 349–372, 2020.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIEHL, Astor Antônio. A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DOSSE, François. História do estruturalismo: o campo do signo (1945–1966). Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. v. 1.

FREIRE, Diego José Fernandes. A missão francesa na História (USP): relato inaugural e monumentalização (1949-1971). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 38, n. 110, 2024.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MENDES, Claudinei Magno Magre. O ensaísmo na historiografia brasileira. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 34, n. 1, p. 91–100, jan./jun. 2012

NEVES, Leandro César Santana. *A rota dos nórdicos à USP: notas sobre O comércio varegue e o grão-principado de Kiev (1942), de E. Simões de Paula*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 42, e2078, p. 1–29, 2023

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870–1970). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980–1990). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 170–183, 2016.

PAUL, Herman. Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 21, p. 25–42, ago. 2016. Tradução de Arthur Alfaix Assis e Pedro Afonso Cristóvão dos Santos Caldas. DOI: 10.15848/hh.v0i21.1071.

PAUL, Herman. Lealdade germânica nos estudos históricos do século XIX: uma virtude de múltiplas camadas. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 30, p. 16–43, maio/ago. 2019. DOI: 10.15848/hh.v12i30.1476.

RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. A historiografia no século XX: uma visão em perspectiva crítica. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Antonio Aguirre (org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. p. 21–60.

SUPPO, Hugo Rogélio. A política cultural francesa no Brasil (1930–1950). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 89–110, 2000.

THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula (1910–1977). *Revista de História*, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 160, p. 17–50, 2009.